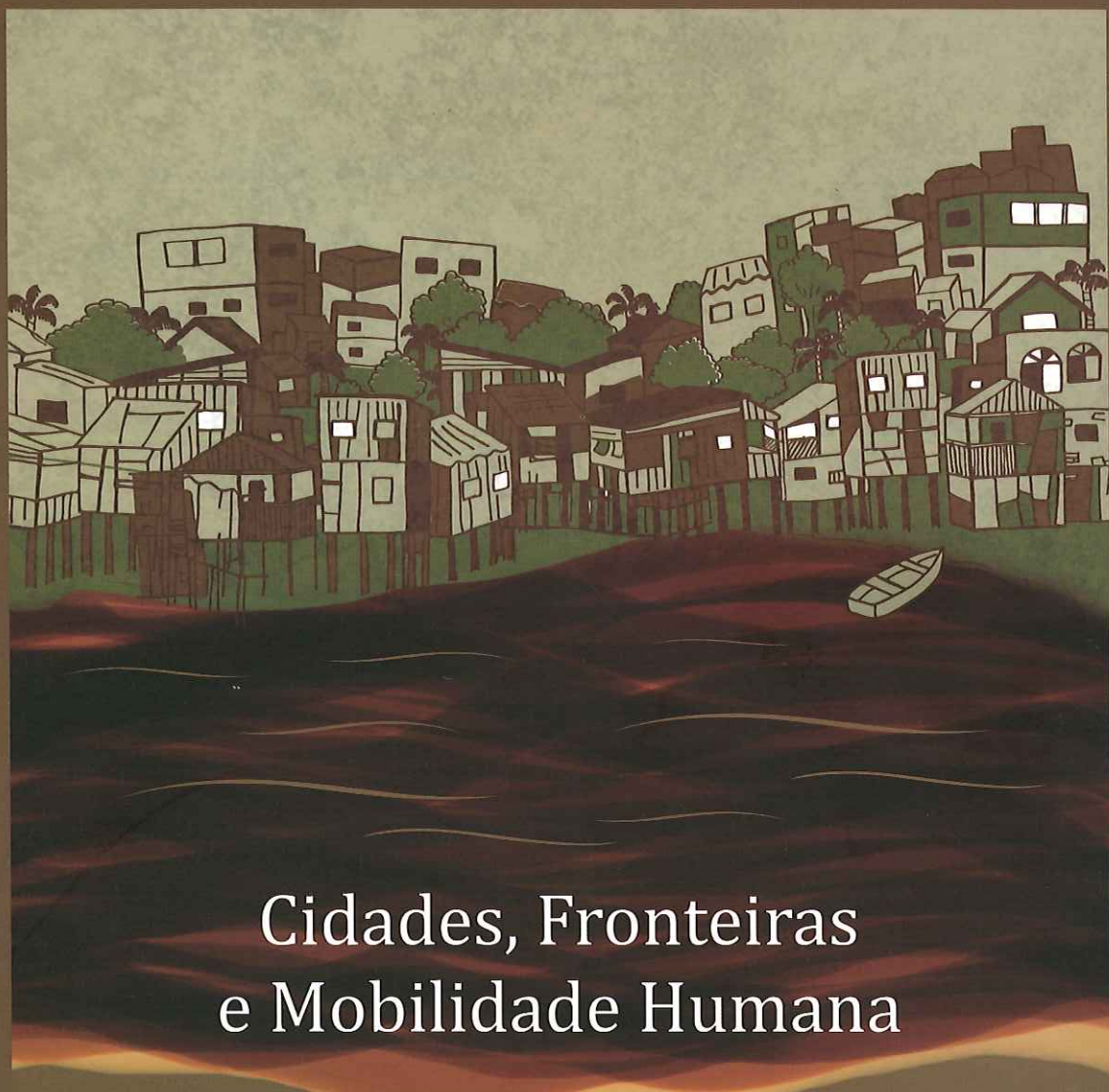


OS ESTUDOS SOCIOESPACIAIS



Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana

Organizadores

José Exequiel Basini Rodriguez

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Vladimir Montoya Arango

Daniel Tavares dos Santos

Rodriguez, José Exequiel Basini.

Os estudos socioespaciais: cidades, fronteiras e mobilidade humana / José Exequiel Basini Rodriguez; Márcia Regina Calderipe Farias Rufino; Vladimir Montoya Arango; Daniel Tavares dos Santos - Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2014.
207 p.

ISBN: 978-85-7401-778-5

1. Estudos socioespaciais 2. RESE 3. Manaus

OS ESTUDOS SOCIOESPACIAIS: cidades, fronteiras e mobilidade humana

José Exequiel Basini Rodriguez
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Vladimir Montoya Arango
Daniel Tavares Dos Santos
(ORGANIZADORES)

TÍTULO

Os Estudos Socioespaciais: Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana

ORGANIZADORES

Jose Exequiel Basini Rodriguez, Marcia Regina Calderipe Farias Rufino, Vladimir Montoya Arango, Daniel Tavares Dos Santos

CRÉDITOS DO CONGRESSO/CRÉDITOS DEL CONGRESO

Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana. Manaus. Brasil 23, 24, 25 de Novembro de 2011

COORDENADORES

José Basini, Marcia Calderipe y Raimundo Nonato Pereira da Silva. (U. Federal de Amazonas, Brasil)

COMISSÃO CIENTÍFICA/COMISIÓN CIENTÍFICA

José Basini (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Vladimir Montoya, (Universidad de Antioquia, Colombia)

Carlo Emilio Piazzini Suárez (Universidad de Antioquia, Colombia)

Carlos Tapia Martín (Universidad de Sevilla, España)

Nelson Matos de Noronha, (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Marcia Calderipe Farias Rufino. (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

COMISSÃO ORGANIZADORA/COMISIÓN ORGANIZADORA

Andre Zumak, Aquiles Pinheiro, Daniel Tavares, Emily Viera, Israel Matos, Jose Basini, Kalinda F de Souza, Marcia Calderipe, Marcos Veras, Mauricio Schwade, Michelle B de Paula, Rafael Amorim,

Raimundo P da Silva, Regiane Magalhães, Rosilene Gomes, Taciana Magalhães, Tatiane Mota, Terezinha Amazonense, Thaline Fontes, Valentina Oliveira, Victoria Evia, Wender Araújo.

REVISÃO DO PORTUGUÊS

Enos Rodrigues

Emerson Gasperin

REVISÃO DO ESPANHOL

Ricardo Cadena Valdés

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Erika Tabiane

Cidade Contemporânea, Cidade do Empresariamento: aspectos da produção socioespacial do urbano

Manoel Rodrigues Alves; Cibele Saliba Rizek¹

"We can only learn about our lived times and spaces in increments, never satisfied with existing levels of knowledge but constantly moving on, almost like philosophical nomads, to search for the new, to push the frontiers of knowledge and understandings forward, and hope for the unexpected"

Edward Soja (2010)

RESUMO

Descrevendo processos que impactam a conformação atual dos espaços urbanos, suas continuidades, transformações e dimensões socioculturais, em particular do Brasil, este texto investiga dimensões da produção e reprodução da cidade contemporânea (brasileira) a partir de relações e tangências que possam caracterizar espacialidades e fenômenos urbanos novos e/ou redefinidos, em seus contextos e relações. Tal enfoque, que compreende problemáticas da cultura e da cidade, pode ser nucleado por um conjunto de indagações, mais do que conceitos ou dimensões operacionalizáveis, em seu contraponto com as dimensões privadas enquanto filtros e horizontes críticos que permitam detectar linhas de força, tensões, ambiguidades e deslizamentos que talvez possam desenhar tendências, tendo como referência o pensamento de três autores: Lefebvre, Harvey e Soja.

Palavras-chave: Chaves de Leitura, Conformações Socioespaciais, Empresariamento do Espaço urbano, Espacialidades.

¹ Professores da Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Brasil.

1. CIDADE CONTEMPORÂNEA, CIDADE DO EMPRESARIAMENTO

A cidade contemporânea, como fenômeno cultural, responde a parâmetros que assinalam características próprias de uma época de transição. Nela, embora o espaço da cidade seja produto e reprodutor das dinâmicas que regem o seu tempo, a experiência da vida urbana, a relação de pertencimento ao espaço urbano, à sua cidade, persistem em meio a um conjunto de transformações que incidem nas dimensões técnicas e tecnológicas, nos aspectos sociais e ambientais, na desvalorização do espectro de ação do Estado, na desconfiança nos sistemas institucionais, na concentração de renda e disfunções de atividades, no empobrecimento dos sistemas simbólicos, na polarização social e retração das formas de vida coletiva, instrumentalização dos espaços de ação e redução do valor do público. Essa cidade, de fragmentações reais e aparentes, apresenta novas espacialidades e sociabilidades atreladas ao sistema econômico-produtivo, de onde emergem novas situações urbanas, e onde as relações socioespaciais anteriores exigem ser reinterpretadas.

A cidade que emerge na contemporaneidade é constituída de textualidades e morfologias inéditas, que operam em um contexto sociocultural diferenciado, conformando microgeografias de um cotidiano denso e de novas formas de apropriação. Essas territorialidades e espacialidades urbanas nos desafiam nas tensões entre domínios, legalidades, usos e práticas urbanas. De fato, as cidades, enquanto construção de elementos textuais e não textuais, morfológicos e não morfológicos, interrogam as interpretações, os modos de uso e apropriações da paisagem e do território urbano e aportam novas interpretações na relação entre tecidos urbanos e sociais, comportamentos e construções conceituais.

Além disso, num cenário de globalização da economia e da informatização da sociedade nossas cidades não escapam a certas tendências próprias da mundialização das práticas do habitar urbano e da inadequação das lógicas de sentido como constitutivas do fato urbano que caracteriza a condição contemporânea da vida. Fenômenos tão díspares como a ampliação dos meios massivos de comunicação, a generalização das formas de consumo programado, o declínio dos papéis tradicionais do Estado, a debilidade dos sistemas de representação política e, em geral, a ação convergente de dispositivos de disciplinarização social provocam um declínio significativo do sentido de primazia do espaço urbano, do espaço público² em particular. Simultaneamente, observam-se estratégias hegemônicas de um urbanismo mundializado orientadas à produção de uma composição social artificialmente enobrecida.

² Para Arroyo (2011), a noção de espaço público apresenta uma queda de seu valor simbólico, não mais se constituindo como a contraparte física substantiva de uma sociedade civil entendida como sujeito da cidade.

Conduzindo a estruturas urbanas de segregação social severa, essas estratégias, via de regra, promovem uma significativa reorganização do espaço urbano, uma vez que implementam transformações do território urbano que resultam de lógicas de acumulação flexível que estruturam cultura, economia e sociedade, de tal modo que os diversos âmbitos da vida e da experiência social são intermediados por lógicas atreladas ao consumo³. Os lugares da vida urbana, suas simulações e simulacros, atingem diversas escalas e modificam a relação dos habitantes, postos como meros usuários, meros receptadores dos espaços da cidade, e não como praticantes do urbano. Nessa exacerbação contemporânea de lógicas regidas pelo consumo, em que diferentes relações coletivas são intermediadas por interesses privados, ato intensificador da esfera individual, o que se observa atualmente é que a realidade do espaço vivido e construído socialmente acaba por se restringir a outras ancoragens, nem exatamente públicas ou privadas, as quais abrigam em suas práticas novas formas de sociabilidade, novas configurações referentes às mudanças estruturais nas dimensões do indivíduo, da noção de cidade e de suas relações socioespaciais. Nesse contexto, parece-nos que pensar a urbanidade⁴ no presente compreende um desdobramento, um deslocamento dos lugares de onde é possível pensar e interpretar o fato urbano, aceitando que a atribuição de sentido e de significado não são nem constitutivas, nem prévias aos fenômenos urbanos⁵.

Desde o momento em que a urbanidade sofre deslizamentos e deslocamentos com respeito às formações socioprodutivas mais estáveis, fundadas no Estado do Bem-Estar, na economia de base industrial e na sociedade de classes, a noção de cidade vem perdendo sua universalidade, já que passa crescentemente pelo crivo de subjetividades (do sujeito urbano⁶) mais tênues e mais frágeis do que as surgidas sob o paradigma da modernidade.

3 Para Foster (2002), a alteração do espaço conforme a imagem da commodity; não só marca e commodity aparecem unificados, mas frequentemente o fazem commodity e espaço.

4 Urbanidade entendida como um determinado tipo de relação social que, agente de definição de processos socioespaciais e caracterizada pela mobilidade e por equilíbrio precário nas relações humanas, ocorre no urbano, no ambiente urbano (não necessariamente na cidade).

5 Delgado (2008) argumenta que vivenciamos espaços de uma anticidade, uma configuração socioespacial que desativa as qualidades que tipificam tanto a cidade, enquanto morfologia, como o urbano enquanto estilo de viver - uma dissolução do urbano em mera urbanização -. Para ele, a anticidade atual se caracteriza pela renúncia da diversificação funcional e humana de espaços tematizados que levam a dissolução do urbano, a urbanização de submissão a imperativos de distintas ideologias urbanísticas.

6 Mas quem é esse sujeito praticante do urbano, desterritorializado, em conflito consigo mesmo ao mesmo tempo em que cômico da necessidade de conviver com os outros? Para Arroyo (2011), o cidadão é um sujeito desvirtuado social e politicamente, recortado em sua capacidade de gestar sua própria vontade e conforme a consciência social da vida coletiva; para ele, o homem urbano contemporâneo não mais é sujeito de suas próprias ações, mas sim condicionado por regulamentações e regras.

O resultado é uma condição de urbanidade na qual, em um tempo dilatado, coexistem uma temporalidade descompassada, caracterizada pela compressão dos processos sociais e simbólicos de uso, apropriação, percepção e demarcação socioespacial, e uma espacialidade segmentada, com respeito à cidade consolidada tradicional. Nela (cidade tradicional), observavam-se vínculos com um tempo e um espaço contínuos, resultado de uma sociedade estruturada por relações de produção e de poder que, desde suas próprias contradições, construíram uma noção unitária de sociedade civil, de cidadania e de sujeito coletivo da cidade. Já na cidade contemporânea, sob a égide de relações próprias do capitalismo tardio, mais do que dualidades e centralidades explicativas, constata-se deslocamentos materiais e simbólicos de um lugar comum para as representações e os imaginários sociais do sentido do urbano.

Como responder a esses processos de novas mobilidades e configurações socioespaciais? Quais as chaves de leitura que permitem compreendê-los, percebendo as linhas de continuidade e as linhas de força que desenham suas transformações mais recentes? Qual o seu contexto e particularidades no Brasil? O que é o Brasil urbano e como é possível conferir-lhe inteligibilidade?

Permanências e alterações, novas chaves de leitura, práticas e representações que deslizam e se reconfiguram, apresentam-se como questões dessa reflexão e dizem respeito a algumas das novidades analíticas e empíricas trazidas pelas dimensões contemporâneas da produção da cidade que estão reconfigurando as abordagens e perguntas clássicas que permitiam compreender o Brasil urbano; bem como marcando novos pontos de inflexão que talvez permitam uma maior clareza de suas atuais configurações, bem como dos novos fenômenos, atores e conformações espaciais que permitem caracterizar seus espaços.

Diante do que permanece e do que se rompe, diante de redefinições, deslizamentos e mesclas, novos e velhos usos de práticas e de valores parecem embaralhar a gramática “clássica” da vida urbana no redesenho das relações espaciais e sociais e seus vínculos, quer com a cidade, quer com o urbano. Nesse cenário, na impossibilidade de distinguir sujeitos ou atores, culturas autóctones e dimensões midiáticas – nas quais a visualidade consolida-se como elemento mediador entre paisagem e geografia, entre cidade e território, entre indivíduo e espaço, tornando-se o meio de reprodução que reduz o sentido dos contextos e das relações do cotidiano à condição de aparências e imaterialidade –, que formas, processos e atores podem apontar novas tessituras urbanas e de inserção produtiva? Quais são os eixos de tensão e de disputa? Quais os desdobramentos da reprodução e acumulação do capital na determinação dos processos socioespaciais? E ainda, quais os conteúdos concretos da problemática socioespacial contemporânea?

Duas possibilidades de leitura da cidade e de sua constituição recente parecem ser eixos de uma nova aglutinação e articulação de processos, demandando novos modos de reflexão, reconfigurações e modulações das representações clássicas sobre a cidade, sobre os processos de conformação e configuração da cidade, suas novas espacialidades e modelos de urbanização e sobre as formas de sociabilidade que conformam o solo de relações socioespaciais.

Trata-se, por um lado, de novos processos de conformação e configuração da cidade, no qual se constataam processos político-econômicos e práticas socioespaciais voltadas quase sempre ao desenvolvimento de mercados locais conectados, de forma mais ou menos precária, à internacionalização e à terceirização da economia mundial. E, por outro, dos novos processos financeirizados do empresariamento da produção do urbano e dos modos pelos quais a vida urbana vem sendo pautada pelas novas combinações entre legalidades e ilegalismos, pelas “dobras entre o legal e o ilegal”, em especial, mas não apenas, nos territórios destinados à moradia e à vida das camadas populares. Autores como Harvey (2009) procuram caracterizar as facções do capital que interferem na produção e no uso do ambiente construído. E assim, nos termos de suas modulações contemporâneas, seria pensar como todo esse esquema pode se concentrar apenas em uma empresa e quais seriam os desdobramentos de sua atuação na produção, não só de habitação, mas da cidade como um todo. Abramo (2009) destaca o retorno da “mão inoxidável do mercado” na cidade neoliberal, na qual o mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo está nas mãos do próprio mercado, diferentemente do período fordista, quando havia alguma mediação do Estado nessas decisões. O mercado estaria, assim, na coordenação da produção das materialidades urbanas, tanto pelo processo de privatizações de empresas públicas urbanas, como pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais e comerciais. Entretanto, para que o mercado tome essas decisões quanto à produção da cidade neoliberal, ele requer necessariamente recursos públicos e aparatos jurídicos e institucionais que sustentem sua atuação.

Esse processo, essas transformações, enfraquecem a identidade urbana e secundarizam a dialética tecido urbano/tecido social. No caso brasileiro, com seus próprios códigos, justificativas, comportamentos funcionalizados e militarização, condicionam uma ampla série de atividades que integram o tecido urbano da vida coletiva contemporânea.

Pensar a cidade contemporânea ao sul do Equador ao mesmo tempo em que implica apontar alguns dos pontos de inflexão em práticas e ideias que produzem e reproduzem a cidade e as concepções relativas à compreensão de seus processos de produção, nos propõe alguns desafios. O primeiro é a

identificação das pistas que nos conduzam a permanências e transformações tanto do ponto de vista das relações econômicas e sociais quanto do ponto de vista das alterações que tiveram lugar entre essas relações e a constituição e destituição de formas espaciais, contornos no, e do espaço, que dão forma e visibilidade a essas dimensões. Assim, se algumas categorias permitiam descrever rapidamente a cidade fabril do passado, talvez seja necessário um esforço descritivo, que dê conta das tramas e tessituras contemporâneas que se desenham na cidade e, ao mesmo tempo, que são desenhadas pela cidade.

2. ASPECTOS DO EMPRESARIAMENTO URBANO NO BRASIL

No caso brasileiro, se, ao longo do século XX, é possível pensar a construção da cidade como questão social; nesse quadro podemos usar como uma hipótese-guia, observada a ruptura dos paradigmas formais de conformação do espaço urbano dos anos 1990, a ideia de que se alteraram os modos de integração da população urbana, que deslizaram de um imaginário constituído pela dinâmica da modernização e da formação de classes por meio da inserção social através do trabalho assalariado para uma outra dinâmica que vincula empresariamento (protagonismo do mercado e do consumo) e informalidade, porosidades, liminaridades entre legalidade e ilegalismos que permeiam práticas, intervenções urbanas e relações com a cidade e suas conformações espaciais. Assim, em múltiplas situações urbanas, uma forte redefinição de atores e personagens, assim como novas relações entre, por exemplo, mercado, Estado e cidade ou, ainda, entre atores e modos de regulação da produção da cidade estariam configurados diversamente dos modos clássicos – compatíveis com os horizontes de integração, desenvolvimento, industrialização e urbanização modernas. Haveria, então, alguns importantes deslizamentos, novos significados que remodelam espaços, tempos, movimentos, políticas nas cidades do Brasil contemporâneo, borrando algumas das noções pelas quais as cidades foram descritas, analisadas e pensadas.

Além das intervenções urbanas homogeneizadoras e supostamente isentas do ponto de vista de suas determinações e implicações políticas, tais como as intervenções em áreas centrais das nossas cidades, parece-nos que alguns outros exemplos podem auxiliar a elucidar esses desafios.

O primeiro diz respeito às novas relações entre desigualdades sociais, formas e modos de consumo. O crescimento das formas de consumo e de endividamento, em um solo social e urbano de visível precariedade parece

embaralhar os antigos sinais que tornavam as desigualdades legíveis⁷. De fato, o endividamento e a financeirização da pobreza, a especulação imobiliária, do espaço urbano e do uso do solo, a regularização da irregularidade urbana, a generalização das concepções mercantis e mercadorização do mundo, no contraponto à lógica dos direitos e da cidadania, promovem a desvalorização de esferas da vida pública – quer seja em função do empreendedorismo e do empreendedorismo de si, ou do empreendedorismo e empresariamento.

Outro sintoma parece ser o embaralhamento entre circuitos legais e ilegais, legítimos e ilegítimos de circulação de riqueza e mercadorias; a passagem de um campo a outro, suas formas de legitimação, as articulações entre formas e equipamentos de poder diversas entre si, talvez tenham dado uma nova fisionomia para muitos dos bairros populares das grandes cidades brasileiras. Alguns desses aspectos ainda podem ser identificados pela presença e ausência do Estado, isto é, pelos contornos de uma outra presença do Estado, tanto nos programas sociais de diversos formatos, como nos meandros e nos caminhos, nos equipamentos e formas de gestão e acomodação da pobreza em suas modulações e matizes, por vezes criados por esses equipamentos espacializados por meio de públicos-alvo. Sintomas e pistas do novo? Quais as permanências e quais as transformações que devem ser mapeadas em novos parâmetros descritivos? Como armar essas dimensões descritivas tornando-as capazes de ancorar e desenhar os vínculos entre processos socioeconômicos e políticos de um lado e territórios de outro? Explosão da dinâmica centro/periferia? Como classificar? Como se imbricam territórios cuja nomeação se embaralhou, cujo uso caracteriza-se mais pelos fluxos de bens, pessoas e práticas do que pelo que se assenta de modo mais permanente?

Em seminário sobre as periferias urbanas das grandes cidades (ANPOCS, 2011), um conjunto significativo de textos parecia formular com alguma perplexidade uma pergunta: o que são as periferias urbanas das grandes cidades brasileiras hoje? Como vivem suas populações? Que relações, em grande medida explodidas ou fortemente moduladas, seria possível identificar entre centralidades e periferias, considerando que um termo requer e coloca em pauta o outro, dado que são categorias relacionais identificadas a partir de parâmetros que se circunscreviam a partir de outros contextos espaciais e temporais (a cidade fabril, por exemplo)? Quais continuidades e quais transformações? Que conflitos são hoje estruturantes e qual é sua natureza? Quais são as novas formas de pacificação/gestão/repressão?

7 Segundo Leda Paulani (2008), explorando os dados do último censo, a pobreza diminuiu mais intensamente do que a desigualdade nos últimos oito anos no Brasil.

São Paulo e Rio de Janeiro, em suas favelas e territórios, marcados pelo que se convencionou chamar – tanto na linguagem acadêmica quanto no crivo das categorias nativas – periferias, testemunham novas tessituras: a presença do tráfico e de seus patrões ou donos; bem como dos mercados de proteção e dos acordos com as forças repressivas (a nova legitimidade construída em torno da presença dessas forças repressivas que configuram modos mais ou menos eloqüentes de militarização do espaço e da gestão urbanas); das igrejas pentecostais e neopentecostais e suas teologias da prosperidade revestidas de empreendedorismo; dos programas de redução da pobreza ou da sua transformação em demanda ou em fragmentos identificados como públicos-alvo, em face de uma oferta composta por ONGs, OSCIPs, Estado, programas culturais de todos os tipos e, finalmente, borramentos, transbordamentos que fracionam as fronteiras entre cada uma dessas novas configurações.

Novos campos de força esboçam-se entre a militarização e um conjunto de mediações morais no tratamento da pobreza devidamente contabilizada, moralizada, cercada de condicionalidades, fortemente despolitizada (racionalizam-se os programas e as ações de combate à pobreza, na chave da gestão empresarial e eficiente, moralmente investida, a partir da concepção que implica os pobres na sua própria pobreza, bem como nas formas pelas quais devem combatê-la, a partir das categorias construídas pelos próprios programas de atenção ou atendimento e/ou geração de renda, práticas culturais) no contraponto aos territórios e territorializações construídas pelos movimentos sociais dos anos 1980 (na chave da linguagem dos direitos da cidadania). Assim, por meio de um conjunto de novas formas de intervenção social, esses processos redefinem territórios, rotulam, criam e/ou acionam dispositivos de hierarquização e de fragmentação, por meio de deslizamentos e recomposições de programas e práticas. O exemplo das práticas culturais e artísticas que se espalham por programas, incentivos, formas de expressão pelas periferias urbanas, parece indicar que as categorias pelas quais as periferias são nomeadas e reconhecidas, bem como representadas para e pelos seus próprios habitantes, está em disputa. Novas formas de produção cultural e artística são provenientes de programas de combate à pobreza e da inclusão, mas também de coletivos que lutam por transformações, que disputam modos de encenar a vida, suas condições, o cotidiano dessas populações e suas expressões estéticas.

Graffiti, arte de rua, cinema e vídeo, música, dança, literatura – cada uma dessas atividades acaba se constituindo como um campo de ação e de práticas, com suas próprias tensões e conflitos internos e externos. Formas com desdobramentos em processos socioespaciais de apropriação e uso do espaço urbano. Todas essas tessituras conformam o leque de presenças e ausências

tanto do Estado como dos equipamentos públicos e suas clivagens. O que se apoia e o que se financia ou não em cada uma dessas práticas? Como se enredam financiamentos públicos, privados e empreendedorismos de todos os tipos, por um lado, assim como resistências e confrontos, por outro? Todo um conjunto de aglutinações precisaria ser alvo de novas questões – trata-se, por um lado, das velhas associações populares e de seus correlatos financiados, transformados em parceiros ou contrapartidas por fundações empresariais ou de cunho religioso de forte apelo empresarial. De outro, trata-se de uma nova forma de organização, em especial de jovens, que se apresenta como um conjunto de “coletivos” e suas atividades, em especial no que vem se convencendo chamar de “cultura da periferia”. As convergências e divergências entre esses dois modos de organização, entre esses dois dispositivos, poderiam ser um dos grandes eixos pelos quais o que há de novo pode ser investigado, perscrutado.

Outra dimensão em que algumas transformações já se fazem notar claramente diz respeito às disputas em torno da regulação de uso da cidade. Novas regulações que cruzam legalidades e ilegalismos de outro modo, articulando códigos morais, desvios, compromissos com a lógica econômica hegemônica, novos mercados de proteção, operações de pacificação ou operação delegada (“bico legal”), instalando zonas cinzentas, vácuos normativos, linguagens e saberes da rua. Na realidade, novas formas repressivas e novos discursos de legitimação que compreendem a população de rua, a militarização dos equipamentos públicos e das formas de assistência, políticas de saúde/droga, criminalização e condicionalidades. Esboça-se aqui uma ideia de uma nova ordem de ideologias securitárias como forma de legitimação: de um lado, medo, segurança e criminalização da pobreza; de outro, a criação de uma demanda popular associada a essa ordem moral de busca de legitimação. Seja, mais uma vez, em relação a “pobres, porém limpinhos”, ou em operações de limpeza urbana. Aqui também fronteiras são borradas, novas tangências ganham um novo lugar, um conjunto de práticas transborda para além de seus campos e limites, legalidades e ilegalidades combinam-se em novos padrões, em novos híbridos⁸ difíceis de discernir.

Quando se pensa as periferias urbanas ou as franjas das cidades – as chamadas hiperperiferias, ou fronteiras urbanas –, ganham destaque os novos modos de acesso ao consumo e os programas de combate à pobreza. Esses territórios redivididos e reagrupados segundo o público-alvo dos programas sociais e seus intermediários – programas de assistência familiar e programas de saúde, associações populares e centros de assistência (vinculados às igrejas

8 Hibridizações, processos híbridos como questão a ser pensada não apenas do ponto de vista de sua produção, mas do ponto de vista de sua recepção e contínua elaboração.

pentecostais ou não) – poderiam ser pensados como laboratórios de práticas que combinam trabalho voluntário e trabalho precário, ou precarizado, trabalho de artistas como contrapartida de programas de financiamento, elementos que se articulam em carreiras morais com forte incidência de gênero. Sobretudo as mulheres são alvo e público desses experimentos do cuidado e da redução da pobreza tendo como protagonistas, muitas vezes, os próprios pobres, devidamente moralizados e agenciados. A periferia dos direitos, da pobreza como negócio, em que dois lados da cultura se associam: um, da alta cultura, como captação para investimento na pobreza; outro, empresariado por dentro e por fora pelos próprios atores, e/ou por seus parceiros, denota a associação de facetas do empresariamento e do empreendedorismo no desdobramento da forma empresa e seus mecanismos de racionalização e financeirização.

Novos programas sociais; novos padrões de consumo; práticas culturais que se dividem entre as perspectivas de constituição autônoma de coletivos e a gestão cultural da pobreza pelas fundações empresariais em parceria com o Estado; a combinação entre a presença do tráfico, suas práticas, códigos e negócios e os mercados de proteção, entre o tráfico e as igrejas pentecostais e neopentecostais; o discurso do empreendedorismo e do empreendedorismo social, justificado e legitimado moralmente; formas de assistência modernizadas e racionalizadas, que se transformam em práticas empresariais; lavagem de dinheiro e intermediação moral associadas fazem, cada vez mais, das periferias territórios muito distantes daqueles descritos pela gramática, que as diferenciava e separava dos centros urbanos. Especulação, segmento econômico como cixo de uma nova lucratividade e empresariamento da pobreza, de financeirização da produção e acesso à moradia e à cidade – especulação essa que, cada vez mais, compreende programas e políticas públicas como o “Minha Casa, Minha Vida”.

Armando e desarmando os lugares hierarquicamente dispostos, para além de novos modos de descrição, identificação e compreensão do que é novo, as populações desses territórios periféricos talvez nos coloquem como desafio ir além desse patamar, em busca de dimensões teóricas que permitam qualificar as transformações, continuidades, borramentos e transbordamentos, relações socioespaciais, tessituras e dimensões que hoje conformam e são conformadas por esses territórios em transformação e em tensão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registrando algumas considerações quanto a aspectos de processos que impactam na conformação atual dos espaços urbanos, suas continuidades, transformações e dimensões socioculturais, em particular do Brasil, buscamos neste texto investigar dimensões da produção e reprodução da cidade contemporânea (brasileira) a partir de relações e tangências que possam caracterizar espacialidades e fenômenos urbanos novos e/ou redefinidos, em seus contextos e relações. Tal enfoque, que compreende problemáticas da cultura e da cidade, pode ser nucleado por um conjunto de indagações, mais do que conceitos ou dimensões operacionalizáveis, em seu contraponto com as dimensões privadas (enquanto filtros e horizontes críticos que permitam detectar linhas de força, tensões, ambigüidades e deslizamentos), que talvez possam desenhar tendências a partir da justaposição, interpenetração e conexões. Mas que cidade é essa de tanto e do tão pouco?

Uma vez que o ambiente urbano resulta de formas singulares da relação entre o homem e seu espaço físico, espaços de representação das relações humanas, traços caóticos de confluência de pluralidades que percorrem a multiplicidade de culturas e modos de vida, que regem e participam dos acontecimentos, entendemos que a coexistência dos distintos espaços, que configuram a cidade do presente, demanda a compreensão de uma nova forma de habitar o mundo⁹.

Nesse cenário, no momento em que as cidades se convertem em cenário-chave do intercâmbio de bens e do fluxo de pessoas e informações sobre o território, entendendo a realização da vida como condição e produto do estabelecimento de relações reais indispensáveis, em que se observa o comportamento do estranhamento *simmeliano* de uma sociedade contemporânea que deseja “tudo” a todo o momento, como enfrentar o simulacro de espaços da liquidez na construção social dessas formas urbanas? Como se pode pensar na produção do espaço urbano tendo como referência a noção de justiça espacial e através de que processos? Como esses processos integram-se, ou não, a processos de urbanização no Brasil? É possível apontar algum efeito desses processos na estrutura urbana das cidades brasileiras? É possível apontar tendências do desenvolvimento socioespacial na implementação de políticas públicas nas cidades brasileiras?

⁹ Heidegger afirma que o traço fundamental do habitar é o resguardo que perpassa o habitar em toda a sua amplitude, de tal modo que lhe propicia estância e circunstância, caracterizando um lugar, tanto concreto quanto simbólico. Certeau vê no lugar a configuração instantânea de posições, uma ordem de elementos distribuídos em relações de coexistência (para Augé, pontos de identificação coletiva flutuantes decorrentes da individualização de referências). Muñoz identifica habitantes de uma cidade onde mobilidade e diferentes usos do território explicam uma nova vida urbana de territoriantes entre lugares.

Sugerimos para tal reflexão o emprego de três autores: Lefèbvre (1991), para o qual, no espaço social, a lógica do valor real das representações sociais, que pode ser transformada em objetos ideológicos, em abstrações em forma de símbolos, se faz presente na produção de um espaço social em que conhecimento e poder combinam-se em uma organização hierárquica voltada ao lucro e empregada para o controle e dominação social; Harvey (2003), para quem a (sub)urbanização produz injustiça social e barreiras espaciais (acesso ao mercado de trabalho, urbanizações nas franjas urbanas e outros), assim como os processos espaciais de transformação orientam-se pela eficiência econômica e são dominados pela associação crescimento do capital econômico privado – portanto, pela transformação de políticas públicas do Estado pós-moderno em estruturas econômicas mais flexíveis e complexas de acumulação flexível; e Soja (2010), para o qual, compreendendo que o social forma o espacial, assim como o espacial conforma o social, a ruptura de estruturas urbanas opressoras do capital pode ser quebradas através de coalisões, de coletivos, sociais na criação de um novo espaço socioespacial. Para Soja (2010), o “direito à cidade”, a revolução urbana, é possível apenas quando a discussão ampla e aberta dos processos urbanos condicionar o desenvolvimento espacial e econômico; quando os menos favorecidos romperem o controle social do espaço de modo a obter melhores condições de acesso aos serviços públicos e evitar processos dominantes de segregação espacial.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: *Anais 13ª ANPUR*, (CD-ROM). Florianópolis, 2009.

ARROYO, J. *Espacio Público: entre afirmaciones y desplazamientos*. Santa Fe: Ediciones UNL, 2011.

AUGÉ, M. *No-Lugares y Espacio Público*. 'Quaderns, n.º 231, 2001. p. 6-15.

_____. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. Campinas: Papirus Editora, 1994.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONNOR, S. *Cultura Posmoderna: introducción a las teorías de la contemporaneidad*. Madrid: Akal Ediciones, 1996.

DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELGADO, M. *El Animal Público: hacia una antropología de los espacios urbanos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2008.

FERREIRA, J. S. W. *O Mito da Cidade Global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOSTER, H. *Design and Crime and other Diatribes*. London: Verso, 2002.

HEIDEGGER, M. *Ser y Tiempo*. Santiago: Editorial Universitaria, 1993.

HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Oxon: Routledge, 2011.

LATOUR, B. *Reassembling the Social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEFÈBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell Press, 1991.

MUÑOZ, F. *Urbanización: Paisajes Comunes, Lugares Globales*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A, 2008.

PAULANI, L. M. *Brasil Delivery: Serviço financeiro e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, v. 1, 2008.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp, 1993.

SOJA, E. *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: Minneapolis University Press, 2010.

SOLÀ-MORALES, I. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.